3

O movimento indígena

O Instituto Tamoio dos Povos Originários não é a única iniciativa do grupo de lideranças urbanas que sustenta a ocupação. A ela está articulado o Acampamento Indígena Revolucionário, um acampamento de índios urbanos montado em Brasília, na área da esplanada dos ministérios. Afonso Guajajara e Bariri Guajajara encabeçam a organização de ambos os movimentos, que recebem indígenas de todo o Brasil.

O Acampamento Indígena Revolucionário foi uma iniciativa de alguns grupos indígenas em protesto contra o decreto 7.056/09¹, sancionado pelo Presidente da República em 28 de dezembro de 2009. O decreto estabelece a reestruturação da Fundação Nacional do Índio. Esta medida mudou a forma de organização da instituição, que deixou de ser localizada nas aldeias, passando para cidades próximas. Todas as administrações executivas regionais e postos indígenas, que ficavam em áreas demarcadas, foram extintas com o decreto. Os servidores com lotação nestas unidades tiveram de ser transferidos para outras lotações ou órgãos federais. Em seu lugar, foram inauguradas as Coordenações Regionais e as Coordenações Técnicas Regionais.

Para a FUNAI, o decreto visa “superar os paradigmas conceituais de tutela assistencialista e integração dos índios à sociedade nacional que referenciavam a atuação do Órgão até então”², mas o decreto não foi bem recebido pela comunidade indígena que afirma não ter tido qualquer participação na formulação do documento.

¹ Segundo Afonso da Providência, “O decreto 7.056 foi publicado no dia 28 de dezembro de 2009, de forma autoritária. Os líderes não foram ouvidos e o presidente da FUNAI junto com as ONGs passaram por cima dos direitos indígenas e em leis internacionais como o artigo 169 da OIT, que diz que os indígenas têm que ser escutados em quaisquer decisões relacionados à eles.”. Retirado de mídia divulgada pelo movimento do Acampamento Indígena Revolucionário. Acampamento Indígena Revolucionário. Disponível em: <http://acampamentorevolucionarioindigena.blogspot.com/>. Acesso em: 07 de maio de 2011.

² Relatório de Gestão da FUNAI, ano 2009. Fundação Nacional do Índio. Relatório de Gestão – 2009. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/ultimas/certificados/>. Acesso em: 07 de maio de 2011.

Alguns grupos afirmam que o decreto foi assinado às vésperas de 2010 (28 de dezembro do ano anterior) propositalmente, para que o impacto junto à opinião pública fosse minimizado. Em protesto, no início do ano, diversos indígenas foram à Brasília pedir sua revogação, assim como a exoneração do atual presidente da instituição, o antropólogo Mércio Meira. Carlos Pankararu, que fez parte do grupo acampado na esplanada, explica que, caso os postos indígenas sejam realmente extintos, ficará mais fácil a aprovação de projetos públicos e privados dentro dos territórios indígenas. A construção de hidroelétricas e outras mega construções seriam facilitadas com a reestruturação da instituição o que, de seu ponto de vista, é negativo para as populações.

Esse decreto é criminoso. Ele foi feito para dar proteção aos planos do PAC. Esse é que é o objetivo. O acampamento foi pra impedir esse decreto, e nós não vamos parar. Lá não tem só um representante do Brasil, tem umas vinte tribos indígenas. Sem os postos, vai ficar fácil entrar mineradora, hidroelétrica, passar estrada... É isso que eles querem fazer.

Cientes das possibilidades de divulgação abertas pelas mídias alternativas, apoiadores do Acampamento montaram um blog³, amplamente visitado – ao longo de um ano, o site alcançou a marca de 43.000 visitas. Todas as ações do movimento em Brasília passaram a ser divulgadas via mídia própria. Segundo a imprensa oficial⁴, o acampamento foi encerrado em julho, mas, dentro da ocupação, ouvia-se rumores de que alguns índios permaneciam em Brasília.

Os direitos que nós estamos defendendo são indisponíveis, inalienáveis, imprescritíveis, quer dizer, qualquer um tem o direito de defender. Agora, o Estado tem a obrigação de defender e de executar esses direitos. Se ele, presidente da FUNAI, está falando desse jeito, ele devia ter vergonha e pedir demissão por não conhecer Direito. Ele não é nem antropólogo, ele é contador de história, e contar história já estão contando desde mil e quinhentos! Tem que parar de contar história de índio. Nós somos populações originárias e temos direitos que foram consagrados internacionalmente, são princípios internacionalmente protegidos, e o Brasil já consagrou isso nas legislações. O Ministério Público devia estar aqui para saber por que a nossa pauta está pendente desde mil e quinhentos. [Fala do advogado Afonso Guajajara, liderança do Instituto Tamoio e do Acampamento Indígena Revolucionário]

³ Acampamento Indígena Revolucionário. Disponível em: <http://acampamentorevolucionarioindigena.blogspot.com>. Acesso em: 07 de maio de 2011.

⁴ Dado retirado do blog da Folha de São Paulo. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www.blogdafolha.com.br/index.php/materias/10007-proteto-de-indios-pode-qcustarq-r-563-mil-ao-governo>. Acesso em: 07 de maio de 2011.

Carlos Pankararu, morador da ocupação, esteve em Brasília participando do protesto. Acampado em Brasília, Pankararu veio ao Rio com sua família para “tentar mudar de vida”. Ele tinha planos de alugar uma moradia para ele, sua mulher e sua filha. Chegando aqui, conheceu o Instituto Tamoio através de Afonso da Providência, e decidiu permanecer na ocupação por mais tempo que o planejado. Sua mulher é clara:

Uma vez que você entra no movimento indígena, minha irmã, você nunca mais consegue sair. Você pode tentar o quanto quiser, mas o movimento indígena é para sempre.

Ela, seu marido e sua filha foram uma das primeiras famílias a se instalar no Acampamento Indígena Revolucionário. Inicialmente, o Acampamento contava com algumas poucas lonas de plástico que serviam de moradia. Banheiros químicos foram instalados para atender às famílias acampadas, enquanto a comida e demais artigos de necessidade chegavam através de doações. Apesar da precariedade das instalações, o movimento conseguiu permanecer na esplanada por mais de seis meses, embora nas últimas semanas só restassem um pequeno grupo no local. Foi com o término do acampamento que a família de Pankararu veio para o Rio.

– Porque vocês envolveram-se com a militância? O que vocês estavam buscando?—pergunto.

– Se a gente não lutar por isso, vamos fazer o que? Isso é lutar pela nossa vida, pela nossa terra. Não tem outro jeito, só lutar. O que vai ser da minha família se construírem um monte de coisa nas nossas terras? [Carlos Pankararu]

O movimento indígena está tão ligado a vida de alguns militantes que praticar pajelanças ou rituais de dança para fins políticos passa a ser um modo de vida. Pankararu associa sua participação na militância a própria luta pela sobrevivência. Grávida, Ceci Pankararu pretende, “assim que possível”, construir uma casa no terreno do Instituto Tamoio. Enquanto a casa não é erguida, eles ocupam o quarto de uma família Pataxó, que voltou pra aldeia no último mês.

Frente às dificuldades de legitimação de seu movimento, os índios responsáveis pelo Acampamento Indígena Revolucionário justificam suas posições com danças e iniciativas culturais. Uma das imagens que o grupo escolheu para associar ao movimento político mostra um índio usando um rústico

arco e flecha mirando o congresso nacional. Ignorando possíveis críticas quanto a estereótipos, os índios recorrem à imagem clássica do cocar de penas e pintura corporal. A dança com toque de maracás também é utilizada, tanto no Acampamento quanto no Rio. A ela dão o nome de *Toré*, uma reapropriação do ritual nordestino, associado à Jurema.

Perguntando sobre as aldeias de onde ambos vieram, Carlos e sua mulher são vagos. Estão “na cidade” há anos. Permanecem *perambulando*, como gosta de definir Bariri Guajajara o nomadismo próprio aos índios urbanos. Quem participa do movimento indígena “não tem raízes”; ele está permanentemente de mudança, reproduzindo um padrão que remete a suas próprias origens.

Meu avô dizia que os índios eram assim: eles estavam em um local. Ficavam lá, bem instalados. De repente, ele olhava para o céu e não via mais pássaros, ia no rio e não via mais peixes, andava na floresta e não achava mais frutas. Então, todo mundo da aldeia pegava as suas coisas e ia para outro lugar. Muita gente não gosta que eu diga isso, mas para mim índio é o mesmo que nômade. [Fala de Iara]

“Muita gente”, a que Iara se refere, são lideranças políticas indígenas. Para alguns, associar o indígena ao nomadismo fere seu referencial de identidade, sob o qual está fundamentado grande parte do discurso deste movimento. Apesar disso, Bariri Guajajara lembra:

Você não pode falar que o índio da etnia tal é de tal Estado porque eles migravam! Eu sou Guajajara. Os Guajararas são do Maranhão? E antes? Eles eram de onde?

O índio urbano, segundo a definição de Bariri Guajajara é o índio “não aldeado”. Para ele, os remanescentes das aldeias não deixaram de ser índios por “não morarem mais em casa de barro”.

Eu ouço muito que nós deveríamos buscar outro lugar pra ficar [que não o antigo museu do índio], que tinha que ser um lugar com mato, com floresta, que o índio tem que ficar na floresta. Outro dia uma professora falou ‘João, não seria bom que o Estado tirasse vocês dali, que desse uma terra bonita pra vocês, com mato?’. Eu disse ‘Também, professora! Também! Nós queremos isso, também’. Estaria tudo bem se isso aqui não fosse terra indígena, se não tivesse tido a doação de toda a quinta da boa vista para os indígenas. Eles [referindo-se ao prédio do ministério da agricultura, contíguo ao terreno do antigo museu] é que são os invasores, eles é que estão roubando as nossas terras.

Bariri é extremamente crítico à idéia de que a identidade indígena deve estar ligada à vida em aldeia. A mudança de moradia das comunidades, segundo seu ponto de vista, não altera seu sentido de identidade, mas apenas incorpora novos códigos a outros já existentes. Se o Estado não os reconhece, muitas vezes, como índios, isto não muda a percepção que têm de suas origens, de sua ancestralidade.

Bariri Guajajara e seu irmão, Afonso Guajajara, vieram do Maranhão para o Rio de Janeiro ainda jovens. Em meio a suas *perambulações*, montaram uma ONG de defesa de direitos indígenas. Bariri e sua família moram em um bairro no subúrbio do Rio de Janeiro, e mantém a ONG com a ajuda de doações. Para os de fora, seu nome é João; entre os parentes, ele é Bariri Guajajara.

Bariri faz mestrado em lingüística em uma universidade federal. Perguntando sobre o que representa para ele estar em uma faculdade e ao mesmo tempo afirmar sua identidade indígena através da luta política, ele diz:

O governo tem medo da gente. Tem medo porque vamos denunciar tudo o que fizeram. Nós vamos entrar nos tribunais. É lá que eles decidem tudo. Quando nós pudermos entrar lá, vamos decidir também. Às vezes dizem: ‘ah, índio é bom que fique no mato. Índio bonitinho é índio no mato’. Olhe, todas as questões indígenas, nenhuma delas foi resolvida dentro mato! Tudo se resolve nos tribunais. Hoje nós estamos estudando, fazendo esse caminho, para ver o que acontece nesses tribunais.

Cursar uma universidade dá outro lugar de fala para as suas denúncias. Um índio com estudo não é o mesmo que um “índio que assina qualquer papel”, que não sabe qual o significado de um contrato, de um documento.

Se algum dia você for em uma aldeia você vai ver que tristeza que dá... Às vezes vai alguma empresa lá, doa uns sabonetes, umas garrafas de refrigerante, e fala pro cacique assinar um papel. O cacique não sabe ler! Aí as empresas levam vantagem e, aquelas coisas que eles ganham eles jogam tudo no chão. Quando você vê, estão todos os sabonetes no chão. [fala de Iara]

Iara, a pajé da ocupação, refere-se com orgulho ao seu grau de instrução. Ela “não assina qualquer papel”, já que sabe ler e escrever muito bem. Seus pais, segundo conta, a colocaram em “colégio de branco”, um colégio de freiras que era composto majoritariamente por descendentes de alemães.

Quando eu fui o primeiro dia para o colégio... você tinha que ver. Eu fiz duas tranças, e em cada trança eu coloquei várias peninhas. Era uma volta e uma peninha, uma volta e uma peninha. Quando eu cheguei lá, a freira disse: ‘Que isso?!’. Eu disse: ‘eu vim estudar nessa escola’. Ela respondeu: ‘aqui não é lugar de índio, volta pro mato!’ ‘Aqui não estuda nem índio nem negro’. Eu tinha oito anos de idade! Aí eu parei um moço do taxi, e mandei ele me levar no meu pai, no frigorífico [local onde o pai trabalhava]. Aí meu pai teve de voltar lá comigo, e disse: ‘minha filha vai estudar aqui’. Meu pai dizia mesmo, que índio não podia ser burro, que tinha que estudar. Ele dizia ‘se o índio com estudo, o homem que se diz civilizado já não respeita’, como diziam pra ele que ‘o índio era antropófago’, ‘imagina sem estudo!’. Sem estudo é fácil te ludibriar, é fácil das pessoas pisarem em você. Eu chorava, doía muito, mas mesmo assim eu ia pra escola. E não me arrependo.

Iara foi até o ensino superior. Sua formação é em Educação Física. Além desta formação, ela coleciona vários outros diplomas de cursos de temática esotérica, que são ostentados na parede. Iara menciona orgulhosamente sua formação em conversas informais, e, mais ostensivamente, em presença de outros moradores da ocupação. Esta postura não é bem recebida pelos demais, que vêm a questão dos “estudos” com desinteresse.

– Para que tirem a gente daqui, dessa ocupação, vão ter que mudar a constituição federal. Isso aqui é histórico, simbólico para nós. O artigo 232⁵ [da constituição federal] diz que os indígenas são autorizados a entrar em qualquer ministério, para se representarem, e não precisam de intermediação. Eles são autônomos para entrarem com qualquer ação.

– Isso, Bariri, é que eles estão acostumados a falar com pessoas que desconhecem as leis indígenas. Antigamente eles mexiam só com índio analfabeto, que é muito instruído em coisas da aldeia, mas que aqui não sabe que tem direito. Hoje eles estão mexendo com gente que faz faculdade, doutorado, e aí eles se assustam! – completou Iara.

A maior dificuldade do movimento indígena para firmar seu espaço político, segundo Bariri Guajajara, é a falta de legitimidade concedida à categoria *índio urbano*. Índio que não vive em aldeia e que, portanto, não é *catalogado*, segundo suas palavras, *não é índio*. As instituições acadêmicas desempenham um papel nocivo ao negligenciarem estes grupos. Daí a necessidade dos próprios índios buscarem seu espaço acadêmico, jurídico e político.

⁵ No artigo 232 da Constituição Federal lê-se “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.”

- *A única entidade, ou o único ser que existe o ex é o índio. Você conhece ex-negro? E no dito popular, você conhece o ex-gay? Não. Mas porque tem ex-índio? – Diz Bariri*
- *Como assim? O que é ser ex-índio? – Pergunto.*
- *Saiu da aldeia, o índio não é mais índio. É o único ser nesta terra, neste país, que tem ex.*
- *Por exemplo: ‘aquele ali, o pai dele é índio, mas ele não é’. Há! [risos] Imagina! – completa Iara*
- *‘Já tá de roupa, é ex-índio’. [risos] – Diz Bariri*
- *E também tem aquela coisa da pessoa ter vergonha de dizer que é índio, né?*
- *Alguém, nesses quinhentos longos anos disse que é ruim ser índio. Então você não pode mais dizer que é índio?*

As lideranças Guajajara estão plenamente familiarizadas com os espaços políticos da metrópole. Afonso, irmão de Bariri Guajajara é o responsável por decidir sobre os assuntos jurídicos relativos à ocupação. Formado em direito, Afonso é membro da comissão de direitos humanos da OAB do estado e mora no Rio de Janeiro, com a família. Por articular o Acampamento Indígena Revolucionário, em Brasília, sua agenda está sempre dividida entre o Rio e a esplanada. Muitos assuntos internos da ocupação só podem ser resolvidos “falando com o Afonso”. É a ele que os moradores recorrem quando há algum tipo de conflito grave ou mesmo por razões financeiras. Em 2010 Afonso esteve mais dedicado ao Acampamento Indígena Revolucionário, que recebeu uma cobertura superficial da imprensa. Suas visitas ao Instituto Tamoio ficaram mais escassas no último ano.

Quando perguntei a ele sobre o acampamento, em julho de 2009, ele foi lacônico – “as coisas estão caminhando”. Nada comparado a seu entusiasmo inicial, quando foi eleito, simbolicamente, pelas etnias que participavam do acampamento, presidente da FUNAI. Nesta época, o Acampamento Indígena Revolucionário estava “pegando fogo”.

Os guardas vinham dizer que o jenipapo era veneno que a gente botava nas flechas. Pode uma coisa dessas? Uma vez veio um guarda perguntar: “vem cá, como vocês comem?”. Tiraram até os banheiros químicos que tinham colocado lá. Mas a gente resistiu, mesmo sem os banheiros e comendo pouco.

Para Afonso, o decreto 7.056, assinado em 28 de dezembro de 2009, é nocivo aos povos indígenas porque “privatiza a FUNAI”. Este não é o ponto de vista de todos. Alguns entendem que é melhor o fim da relação de tutela do

governo com relação às etnias. Dentro desta lógica, o decreto foi positivo, já que induziria à autonomia destes povos.

Apesar do discurso político contrário à FUNAI e em favor da maior assistência para os grupos indígenas, a maior parte dos moradores do Instituto Tamoio prefere dar direção às suas vidas à margem do apoio governamental. Muitos estão ali para “tentar a sorte”, e mantêm-se com a venda de artesanatos ou mesmo com a participação em eventos e programas de televisão. Muitos freqüentam estúdios de gravação de novelas em busca de trabalhos de figuração e pequenas participações. Programas televisivos necessitam de atores com aparência étnica, e alguns índios, principalmente os jovens, aproveitam tal oportunidade. Participar de um comercial ou fazer ponta em uma novela rende dinheiro suficiente para manterem-se por mais tempo na cidade, enquanto esperam outra oportunidade.

O padrão de vida dentro da ocupação é baixo. Ainda assim, pequenos luxos como celulares e roupas caras são bens cobiçados. Alguns artigos indígenas como longos cocares e colares de sementes são os mais desejados por seu alto valor. Um colar de sementes de jarina (semente típica do norte do País) pode chegar a mais de duzentos reais. Já os cocares, se feitos de penas de aves nobres, podem chegar a duzentos, trezentos reais, dependendo do comprador. Este tipo de cocar, quando disponível, torna-se motivo de cobiça. Por isso, torna-se comum os furtos destes itens.

- *Esse cocar eu estou vendendo para um alemão. Era o cocar de um pajé da minha aldeia. – diz Iandé Fulni-ô*
- *Porque você está vendendo?*
- *Ele disse que isso só poderia ser vendido se fosse pra aldeia... a gente vai precisar do dinheiro no Ouricuri.*
- *Porque não vende para alguém daqui? Não vale a pena?*
- *Se eu falar pra alguém “Isso aqui é pena de arara”, a pessoa não vai dar valor... ‘pena de arara? E daí?’. Pena de arara não é nada.... Mas pro alemão “Ah! Pena de arara...!”*

O cocar em questão custa dois mil euros. O dinheiro, segundo Iandé será utilizado para comprar alimentos e outros artigos de necessidade, durante os três meses que se realiza este ritual em sua aldeia. Ele conta que cada família é obrigada a doar certa quantia de alimentos, garantindo o sustento de todos por

alguns dias. As famílias se revezam nessa função. Durante o período, enormes sacas de mantimentos são compartilhadas, assim como animais são abatidos.⁶

O decreto 7.056/09 que definiu a reestruturação da FUNAI trouxe uma intensa mobilização do movimento indígena, como observado nas ocupações do Rio e em Brasília. Para o movimento, surgia a seguinte questão: o que muda na condição das etnias indígenas quando o governo decide restringir o amparo e a assistência direta às comunidades? Ainda, qual o papel do índio urbano diante desta revisão nas políticas indigenistas, até então em vigor? Para os que fazem parte da mobilização em prol de sua revogação, o decreto não era de reestruturação, mas de desestruturação. De seu ponto de vista, o cuidado com a preservação do patrimônio indígena sofria agora um abalo, trazendo reflexos em seu cotidiano.

Paralelamente ao movimento político e ainda dentro dele, a inserção cada vez maior destas populações dentro do contexto urbano traz novas representações e modos de vida relacionados à etnicidade e à identidade indígena. A partir de então, eles deveriam incorporar a idéia de que, para a sociedade não-indígena, eles não eram apenas índios, mas *índios urbanos*. Esta categoria ainda se encontra em processo de composição, a partir tanto de sua expressão política quanto cultural. De que forma estes grupos passariam agora a expressar-se e definir-se culturalmente? A idéia de contágio ou de aculturação são deficientes para delimitar a natureza de seu movimento. Estes grupos precisam defender e definir, ao mesmo tempo, seu espaço político e sua identidade dentro de uma sociedade que se habituou a associá-los à territorialidade *não-urbana*. Como fica claro em sua luta cotidiana, os critérios que vão definir seu direito de existência dentro da sociedade irão emergir a partir de uma acentuação de alguns traços culturais e embotamento de outros, o que a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha definiu como um movimento *diacrítico*⁷. Os moradores do Instituto Tamoio dos Povos

⁶ “No Ouricuri, os participantes trazem comida, que é dividida entre todos. A água é depositada num reservatório comum a todos e a riqueza reconhecida é a do status atribuído ao conhecimento e à proximidade com o pajé.” MOTA, Clarice Novaes da. “Os filhos de Jurema na floresta dos espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas do Nordeste brasileiro”. Maceió: EDUFAL, 2007. P. 198.

⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível”. In: *Antropologia do Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1986. A idéia de critérios diacríticos de etnicidade irá ser melhor desenvolvida no final do próximo capítulo.

Originários ainda estão aprendendo a serem índios na metrópole, e, mais contemporaneamente, índios da metrópole.